



Número: **0800258-95.2019.8.18.0078**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí**

Última distribuição : **23/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 2.362,50**

Assuntos: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PEDRO DE MOURA BORGES (AUTOR)		JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9417891	27/04/2020 18:29	<a href="#">Citação</a>	Citação
7690023	28/12/2019 11:18	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
7513888	06/12/2019 12:50	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
6855407	23/10/2019 11:13	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6855416	23/10/2019 11:13	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL</a>	Petição
6855417	23/10/2019 11:13	<a href="#">PROCURAÇÃO E DOC PESSOAIS</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
6855420	23/10/2019 11:13	<a href="#">DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ Secretaria da Vara Cível da Comarca  
Valença do Piauí Rua General Propício de Castro, 394, Centro, VALENÇA  
- PI - CEP: 64300-000

---

**PROCESSO Nº** 0800258-95.2019.8.18.0078

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO:** [Obrigação de Fazer / Não Fazer]

**AUTOR:** PEDRO DE MOURA BORGES

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**ATO ORDINATÓRIO**

De ordem, CITO a parte ré de todo o conteúdo da petição inicial para responder aos termos da presente ação no prazo legal.

**ADVERTÊNCIA:** Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor ( Art. 344 do Novo CPC).

Valença do Piauí, 27 de abril de 2020. **JIVAGO DOS SANTOS VIANA**  
Secretaria da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí DA COMARCA DE  
VALENÇA DO PIAUÍ**

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

**PROCESSO Nº: 0800258-95.2019.8.18.0078**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Obrigação de Fazer / Não Fazer]**

**AUTOR: PEDRO DE MOURA BORGES**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DESPACHO**

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

**VALENÇA DO PIAUÍ-PI, 28 de dezembro de 2019.**

**JUSCELINO NORBERTO DA SILVA NETO**

**Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**GABINETE DA Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ**

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

---

**PROCESSO Nº: 0800258-95.2019.8.18.0078**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Obrigação de Fazer / Não Fazer]**

**AUTOR: PEDRO DE MOURA BORGES**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e do pedido de gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

valença do piauí-PI, 6 de dezembro de 2019.

**SAMUEL CIPRIANO MACHADO LIRA**

**Analista Judicial/Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Valença do Piauí**



Assinado eletronicamente por: SAMUEL CIPRIANO MACHADO LIRA - 06/12/2019 12:50:32

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120612503239700000007179674>

Número do documento: 19120612503239700000007179674

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXA





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

EXMO. SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI

**PEDRO DE MOURA BORGES**, brasileiro, portador da cédula de R.G.: sob nº 4.641.947 SSP/PI e CPF: 489.911.803-10, residente e domiciliado na Rua Padre Silva, nº 1348, Amando Lima, Valença do Piauí – PI, endereço eletrônico joaquimronaldo@hotmail.com, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., por intermédio de seu advogado *in fine* assinado, para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições legais aplicáveis à matéria a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir elencados:

**PRELIMINARMENTE**

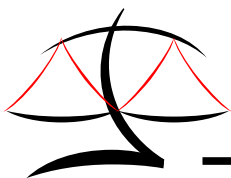
**GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

O requerente pugna pelos benefícios da Justiça Gratuita, preceituados na Lei nº. 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei 7.510/86 e, Lei 5478/68 artigo 1º §§ 2º e 3º, **POR SER POBRE NA FORMA DA LEI**, ou seja, por não dispor de condições econômicas para arcar com as despesas de custas processuais e honorários advocatícios, sem colocar, seriamente, em risco a sua própria manutenção e, até mesmo, sobrevivência.

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

**I – DO ESCORÇO FÁTICO:**

O requerente foi vítima de um acidente de trânsito no dia 24/06/2018 às 06 h e 00 min, quando, conduzindo uma motocicleta HONDA POP100, cor preta, placa: ODU-6367 licenciada em nome de Maria Francisca de Sousa Borges, trafegava da cidade de Valença do Piauí para a localidade Brejo da Conceição, que nas proximidades do cemitério da Santa Rosa desequilibrou em um trecho com muita areia onde perdeu o controle e veio a cair na via juntamente o respectivo veículo automotor, sendo socorrido por populares, sofrendo graves lesões, conforme consta no Laudo Técnico Periciais e relatórios médicos, ora apresentados.

Assim, requereu a **indenização do seguro DPVAT**, conforme **art. 3º alínea “II” da lei 6.194/74, com alteração introduzida pela Lei nº. 11.482/2007** que, ao tempo do acidente, determinava o pagamento de **R\$ 4.050,00** (quatro mil e cinquenta reais), em casos de **30% de perda parcial**, ocasião em que enviou todos os documentos necessários para a seguradora requerida.

Todavia, não obstante a seguradora tenha constatado e reconhecido a invalidez decorrente do acidente narrado, consoante a documentação anexa, o promovente **foi indenizado em apenas R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 29/01/2019, valor este infinitamente inferior** ao valor fixado pela Lei 6.194/74 e alterações posteriores, razão pela qual é a presente para pleitear a diferença existente entre o valor recebido e o devido, conforme será exposto nos tópicos seguintes:

**II – DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

A requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP nº 05690, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina a vigente Resolução nº 109/2004, no seu Art. 5º, § 4º, in verbis:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.  
(...)

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

Assim, diante do princípio da solidariedade que se evidencia claramente na transcrição do artigo suso transcrito, a Requerida está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda.

Evidenciando mais ainda o **princípio da solidariedade a que deve está submetida a Requerida**, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o qual transcrevemos, *in litteris*:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Nesse sentido, é o pacífico entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual colacionamos, in verbis:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. **ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA.** SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

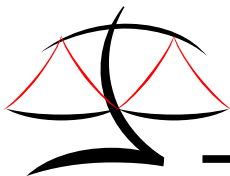
2. **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização**

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com







**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.

(...)

6. Agravo regimental improvido.”

(AgRg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008 p. 106).

### III – DO DIREITO

A Lei que trata do referido seguro é a de número lei 6.194/74, a qual já foi alterada algumas vezes, principalmente pela Lei nº. 11.482/2007, modificando o valor relativo as indenizações. Portanto, a redação vigente à época do acidente rezava:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (...)

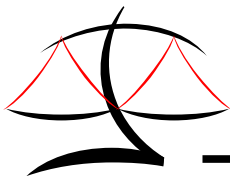
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;  
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

[...]

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos.” (grifos nossos)





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito, e desde que haja invalidez permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização, a qual, no caso em baila, foi fixada por lei em valor equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, no entanto, que a despeito de ser límpido o direito do autor, **notadamente porque houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora**, o autor recebeu um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, ensejando, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora ré, bem como lesão aos mais comezinhos princípios do direito.

De fato, é patente o pagamento a menor da indenização, senão vejamos:

Indenização devida  $\Rightarrow$  R\$ 4.050,00

Indenização recebida  $\Rightarrow$  = R\$ 1.687,50

**Diferença/valor exigido  $\Rightarrow$  = R\$ 2.362,50**

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar este Poder Judiciário **para que imponha a seguradora a obrigação de pagar a complementação da sua indenização, correspondendo ao remanescente de R\$ de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do REsp 788.712/RS, e de juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP.

**Da Violação ao princípio da legalidade.**

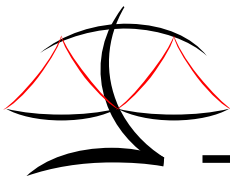
O caso que ora trazemos à baila diz respeito à discussão sobre o pagamento a menor de indenização pela seguradora, fundamentada em resoluções em desacordo com o estabelecido em lei.

Cumprе estabelecer, *ab initio*, que o seguro obrigatório, diferentemente dos demais contratos desta natureza, é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização fixada em lei e insuscetível de transação.

---

Rua Eurípides Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

Não obstante a isso, as seguradoras, fundamentadas em atos infralegais, notadamente através de Resoluções da SUSEP, efetuam pagamentos indenizatórios de forma diferenciada, tabelando graus de invalidez, não obstante tal prática viole escancaradamente o princípio da legalidade, já que normas infralegais não podem inovar, ir além do que estipulado em lei, sobretudo quando legislam e se beneficiam, por que não dizer, em causa própria, como é o caso das resoluções da SUSEP.

Entretanto, indubitavelmente não podem as deliberar sobre os valores especificados em lei, senão por meio da própria lei. Ora, se a lei não faz qualquer diferenciação para as espécies de invalidez, não pode um ato infralegal fundamentar o pagamento de forma diferente ao que estabelecido legalmente.

É de se ver, que a rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado, não podendo ser modificada pela vontade unilateral das seguradoras.

Nessa esteira, percebe-se claramente que o pagamento efetuado a menor com base nas resoluções internas do CNSP, violam o PRINCIPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS, por ser norma hierarquicamente inferior a Lei Ordinária Federal, não cabendo, portanto, especificarem o grau de invalidez dos beneficiários.

Vejamos o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, concernente a matéria, litteris:

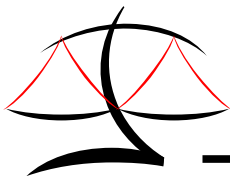
**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS PESSOAIS**

Condenação do apelante ao pagamento do DPVAT, face a invalidez sofrida pelo apelado. Preliminar de carência de ação rejeitada. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. (art. 5º XXXV, da CF). Alegativa de ilegitimidade passiva do apelante não acolhida. Indenização pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do consórcio (art. 7º da Lei nº 6.194/74). Salário mínimo utilizado para fixação da indenização. Observância da legislação, em vigor à época do sinistro (art. 3º b, Lei nº 6.194/74). Apelação cível conhecida,

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

mas para negar-lhe provimento, mantida, in totum, I- não há como prosperar a preliminar de carência de ação, por falta de interesse de agir, pois, o direito de o apelado requerer indenização a que faz jus, não está condicionado ao esgotamento da via administrativa, sob pena de violar o princípio da inafastabilidade da jurisdição, como também há de ser afastada a alegativa de ilegitimidade passiva do apelante, por que diante da ausência de identificação da seguradora do veículo causador do acidente, o art. 7º, da Lei nº 6.194/74, autoriza a cobrança da indenização a qualquer seguradora integrante do consórcio constituído por todas as sociedades seguradoras, que operem com esse tipo de seguro. II- in casu indexador para a atualização da indenização deferida, mas, sim, para a sua própria fixação, não emergindo, com isto, qualquer ofensa ao disposto no art. 7º, IV, da CF, porque se destina somente a garantir a identidade dos valores mensurados no tempo, vez que, os valores das indenizações, cobertas pelo seguro DPVAT, devem observar a legislação vigente à época do sinistro. III. Apelação cível conhecida, mas para negar-lhe provimento, mantida, IV. Decisão por votação unânime. (TJPI; AC 03.000371-7; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO; DJPI 15/10/2009; PÁG. 9).

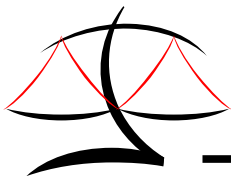
Corroborando o mesmo entendimento, transcrevemos a seguir importante julgado do Tribunal de Justiça do Ceará, "*ipsis verbis*" :

"PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. GRAU DE INVALIDEZ. LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO. PARÂMETRO. SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. 1.O valor da indenização do seguro obrigatório - DPVAT para vítimas de acidente de trânsito que sofreram invalidez permanente, está disposto no artigo 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, ou seja, até 40(quarenta) salários mínimos. 2.É desnecessário aferir o grau de invalidez permanente para se ter direito a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez constatada, não importa o seu grau, se máximo ou mínimo, sendo devida a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, portanto, na hipótese, não poderia o magistrado a quo,

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

julgar improcedente o pedido autoral considerando que o gravame suportado pela vítima, em decorrência do acidente automobilístico não justifica o pagamento da pretendida indenização em seu grau máximo. 3.A condenação da indenização vinculada ao salário mínimo constitui apenas parâmetro da base de cálculo do valor indenizatório. Ausência de incompatibilidade legal. Precedentes do STJ e desta Câmara. 4.Recurso conhecido e provido." (TJCE - Apelação 2009.0002.0570-7/1, Relator Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, 3ª Câmara Cível) (grifo nosso)

Diante de todo o exposto, não resta qualquer dúvida de que o Requerente faz jus à diferença existente entre o valor recebido e o valor a que tinha direito a receber, conforme restou cabalmente demonstrado na presente peça.

**IV – DOS PEDIDOS**

Face aos fatos e fundamentos expostos, REQUER-SE de Vossa Excelência:

a) Sejam **deferidos os benefícios da Gratuidade de Justiça**, com fulcro na lei 1060/50, com as alterações introduzidas pela Lei 7.510/86 e, Lei 5478/68 artigo 1º §§ 2º e 3º, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento;

b) o recebimento, registro e autuação da presente nos exatos termos da lei nº 9.099/95, com a imediata marcação de audiência de conciliação, instrução e julgamento;

b) determinar que a requerida EXIBA todos os documentos apresentados quando do requerimento administrativo da indenização, sob pena de multa diária no valor de 01 (UM) salário mínimo mensal, como forma de dirimir todas as eventuais dúvidas que norteiem a presente lide, com fundamento no que estabelece o artigo 355 do Código de Processo Civil;

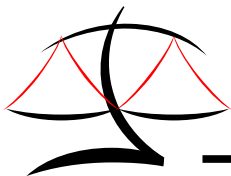
c) determinar a citação da promovida mediante carta de citação com aviso de recebimento, para querendo contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia em consonância com o art. 20 da Lei nº 9.099/95

d) requer, ainda, a inversão do ônus da prova, de modo que fique sob a responsabilidade da seguradora provar a inoccorrência dos fatos aqui alegados, nos termos das disposições do Código de Defesa do Consumidor;

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**

---

e) seja a presente ação julgada INTEIRAMENTE PROCEDENTE, de modo a condenar a Requerida ao pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei nº 6.194, de 1974, no seu artigo 3º, alínea "II", posteriormente modificada pela Lei nº. 11.482/2007, importando no montante de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento e acrescidos de juros moratórios;

f) que seja a Requerida condenada ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência;

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito admitidos, inclusive a prova documental e testemunhal.

Dá-se à causa o valor R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Termos em que  
pede deferimento.

Valença do Piauí (PI), 26 de setembro de 2019.

**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
Advogado OAB/PI 8509

---

Rua Eurípedes Martins, 595, centro, CEP 64.300-000 Valença do Piauí-PI  
Telefones: (89) 3465 1653 - (86) 99982-1586  
e-mail: joaquimronaldo@hotmail.com





## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE(S): Pedro de Moura Borges portador(a)  
da RG nº 4.643.947 e inscrito(a) no CPF sob o nº 489.931.803-  
residente e domiciliado(a) Rua Padre Zilva, 348, Bairro Amendoim  
Lima, Valença do Piauí.

OUTORGADOS: JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PI sob o nº 8509 e JOSÉ ITAMAR DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PI sob o nº 7109 ambos com escritório profissional na Rua Eurípedes Martins, n.º 595, Centro, CEP- 64.300-000, Valença do Piauí-PI.

**PODERES:** Pelo presente instrumento de procuração, o outorgante, abaixo assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados acima qualificados, com cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para, em conjunto ou separadamente, representá-la perante qualquer, Distrito Policial, Juízo, Instância ou Tribunal, em qualquer procedimento civil, ou qualquer área jurídica ou administrativa em que a outorgante for **AUTOR ou RÉU, ASSISTENTE, OPOENTE**, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, agindo em seu nome, podendo os ditos procuradores requererem, assinarem, firmarem compromissos, fazerem acordos, desistirem, transigirem, receberem citações e intimações habilitarem e retificarem, cederem e prometerem, propor ações judiciais, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os e, especialmente, para patrocinar o *inter juris* do presente feito, **podendo os ditos procuradores inclusive, esta substabelecerem, uma ou mais vezes**, com ou sem reserva de poderes, com a prática simultânea dos mesmos atos e, finalmente, praticar todos os atos necessários e em direito permitidos ao fiel cumprimento deste mandato.

Valença do Piauí-PI, 20 / Setembro / 2019.

Pedro de Moura Borges  
Outorgante



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.641.947 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/08/17

NOME PEDRO DE MOURA BORGES

FILIAÇÃO LUIZA MARIA DE MOURA  
LOURIVAL BORGES DE MOURA

NATURALIDADE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI DATA DE NASCIMENTO 20/09/1973

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 1675 L B-5 P 272

CPF 489.911.803 EXP. VALENÇA DO PIAUÍ-PI 07/08/17

1114903

Francisco das Chagas Pinheiro Martins  
Polícia Militar Classe Especial

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS

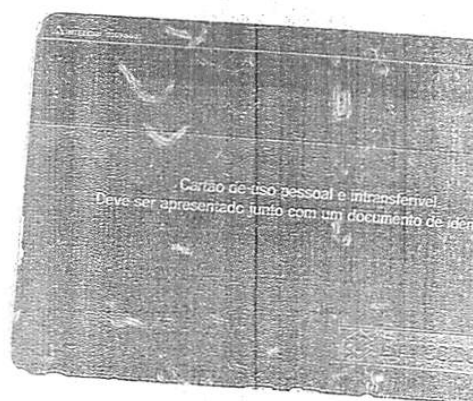
 

*Pedro de Moura Borges*

1114903

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





**Eletrobras**  
Distribuição Piauí

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

1500

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-69 | Ins. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ CE-98

Nº da Nota Fiscal: 202650065

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 12.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
1500	06/03/2018	16419	73,59

MARIA FRANCISCA DE SOUSA BORGES  
R. PADRE SILVA 1348 S/C AMANDO LIMA  
CPF: 00096587440363  
CEP: 64.300-000 - VALENÇA DO PIAUÍ

ROT: 227.750.035.45.045500

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	16419	Atual:	06/03/2018
Anterior:	16319	Anterior:	02/02/2018
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	05/04/2018
Consumo Medido:	100	Emissão:	02/03/2018
Consumo Faturado:	100	Apresentação:	06/03/2018

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA			
Classe/Subclasse	Linha	Número Medidor	Posto
0000	0000	0000	0000

HISTÓRICO KWH		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
FEV/18	107	CONSUMO	100 A R\$ 0,735940 = 73,59
JAN/18	135	CONTR. ILUMINACAO PUB. (CCSIP)	7,20
DEZ/17	112	CORRECAO MONETARIA IG 01/18-00	0,59
NOV/17	107	MULTA POR ATRASO 01/18-00	1,46
OCT/17	117	JUROS DE MORA DE IMPO 01/18-00	0,69
SET/17	109		
AGO/17	92		
JUL/17	111		
JUN/17	99		
MAI/17	103		

MENSAGENS IMPORTANTES E REAVISO DE VENCIMENTO	
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do titular da conta e não pode ser utilizada para fins de crédito ou desconto de impostos.	
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do titular da conta e não pode ser utilizada para fins de crédito ou desconto de impostos.	

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	15,83	Base de Cálculo:	73,59
Energia:	30,08	Alíquota ICMS:	20,00%
Transmissão:	4,73	Valor do ICMS:	14,71
Encargos:	4,79	Valor do PIS:	0,61
Tributos:	18,16	Valor do COFINS:	2,84

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Índice	Valor	Índice	Valor
Índice de Continuidade	0,00	Índice de Continuidade	0,00
Índice de Continuidade	0,00	Índice de Continuidade	0,00





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

518 v. 1

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 122451.000628/2018-11

Unidade de Registro: 7ª DRPC - VALENÇA DO PIAUÍ

Resp. pelo Registro: Carlos Henrique Alves Do Nascimento

Data/Hora: 27/07/2018 - 15:47

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE VALENÇA DO PIAUÍ

Data/Hora

24/06/2018 - 06:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

VALENÇA DO PIAUÍ

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Endereço

ESTRADA QUE LIGA VALENÇA AO POVOADO BREJO DA CONCEIÇÃO, Nº:

Ponto de Referência

PRÓXIMO AO CEMITÉRIO DA SANTA ROSA

Complemento

### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: PEDRO DE MOURA BORGES

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 4641947 SSP SP

Mãe: LUIZA MARIA DE MOURA

Pai: LOURIVAL BORGES DE MOURA

Endereço: RUA PE. SILVA, Nº 1348

Bairro: AMANDO LIMA

Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ - CEP: 64300-000

Telefone(s): 89-9444-4352

### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

### VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

1 - HONDA. POP100

Ano: Placa: Chassi:

2011 ODU6367 9C2HB0210BR254601

Renavam:

00337657327

Cor:

Preta

Condutor: PEDRO DE MOURA BORGES

End: RU PE SILVA Número: Complemento:

Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ UF: PI Bairro:

### RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE NARRA QUE NA DATA ACIMA DESCRITA DESLOCAVA-SE DESTA CIDADE DE VALENÇA-PI PARA A LOCALIDADE BREJO DA CONCEIÇÃO, ZONA RURAL DESTE MUNICÍPIO, NA CONDUÇÃO DA MOTOCICLETA TAMBÉM DESCRITA ACIMA, A QUAL É LICENCIADA EM NOME DE SUA ESPOSA, A SRA. MARIA FRANCISCA DE SOUSA BORGES, CPF 965.874.403-63; QUE, NAS PROXIMIDADES DO CEMITÉRIO DA SANTA ROSA, DESEQUILIBROU-SE EM UM TRECHO COM MUITA AREIA E CAIU; QUE, EM DECORRÊNCIA DESSA QUEDA, SOFREU UMA FRATURA NO PÉ DIREITO; QUE, MESMO MACHUCADO E POR NÃO TER NINGUÉM NO LOCAL, FOI SÓ AO HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA, ONDE RECEBEU ATENDIMENTO MÉDICO. ERA O QUE TINHA A REGISTRAR..

Carlos Henrique Alves Do Nascimento - Mat. 1084747  
AGENTE DE POLÍCIA

Pedro de Moura Borges  
PEDRO DE MOURA BORGES - Noticiante  
Responsável pela Informação

tim de Ocorrência emitido em: 27/07/2018 15:47 - SisBO@2011-2018 ATI



Assinado eletronicamente por: JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS - 23/10/2019 11:12:40  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102311123958500000006553542>  
Número do documento: 19102311123958500000006553542

Num. 6855420 - Pág. 1



**Governo do Estado do Piauí**  
**Secretaria de Segurança Pública**  
**Delegacia Geral de Polícia Civil**  
**SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência**

518 v. 1.0

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 122451.000628/2018-11**

---

Delegado de Polícia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 013605673203  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA ODEONAVIA RENTRO EXERCÍCIO  
1 00337657327 2018

2523  
0247 NOME  
3833 MARIA FRANCISCA DE SOUSA BORGES  
074d  
0103  
0328  
0618

0688  
0507 965874432  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS DE TERRESTRE OU POR SUA CARGA  
TRANSPORTADA OU NÃO - SEGURO DPVAT

PINº 013605673203 BILHETE DE SE

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
FAP - FAP INFORMACOES LEI NO 9658  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 922 1204

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718

0718  
0718  
0718





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 59. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180427167

Vítima: PEDRO DE MOURA BORGES

Data do Acidente: 24/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: GIVALDO DO NASCIMENTO

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), PEDRO DE MOURA BORGES

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:

R\$ 0,00

Juros:

R\$ 0,00

Total creditado:

R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 50%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Recebedor: PEDRO DE MOURA BORGES

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000003887

Conta: 000000019610-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



**\* RECEITUÁRIO \***

Dr. Helder Antonio M. de Oliveira  
Médico  
CRM: 2640  
CPF: 437.460.133-72

Pedra de Maura Borge

Paciente vítima de acidente de trânsito  
(BIC); dia 24/06/18, ao exame: Trau-  
matismo de pé Direito com fratura  
na  $\frac{1}{2}$  proximal do 3º e 4º metatarsianos;  
isolemia, edema local, traumatismo  
de unha Direito com alça local, sendo  
submetido a tratamento conservador,  
alta de tratamento 02/10/2018, com  
recuperação da capacidade funcional do  
pé Direito de aproximadamente 30%, no  
momento da baixa.

Dr. Helder Antonio M. de Oliveira  
Médico  
CRM: 2640  
CPF: 437.460.133-72

Voluntário de Belém, PI: 02/10/18  
Helder Antonio M. de Oliveira  
2640

Saúde e Vida

**(89) 3465.2647**







**HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA**  
AV SANTOS DUMONT,  
CENTRO, VALENCA DO PIAUI/PI - 64300-000  
CNPJ: 06553564001100  
(89) 3465-1015 - (89) 3465-1369  
HREP - HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA

**Ficha de Atendimento (Emergência)**

Atendimento: P0207302  
Data: 24/06/2018  
Funcionario: DANRLEY

Registro: 4931  
Hora: 08:48:00  
Tipo: CONSULTA  
Sexo: MASCULINO

Senha 3

SUS

**PEDRO DE MOURA BORGES**

Nasc.: 20/09/1973 Idade: 44 ANOS, 9 MESES, 4 DIAS Profissão:

End.: RUA PADRE SILVA N 1348, 0 -

Bairro: AMANDO LIMA

Cor: BRANCA Telefone: ( ) -

Mãe: LUISA MARIA DE MARIA DE MOURA

Civil: CEP: 64300-000

Cidade: VALENCA DO PIAUI/PI

Paí: LOURISVAL BORGES DE SOUSA

Clinica: CLINICA GERAL

Demanda: DEMANDA ESPONTANEA

Atendimento de URGÊNCIA

**Procedimentos**

0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA

0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA

0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)

0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)

**História Clínica/Exame físico:**

Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

☐ Internação

Paciente: 44 anos, homem, branco, casado, com 1

filho, residente em VALENCA DO PIAUI/PI

**Exames Complementares:**

**Diagnostico provavel:**

1. Músculo

**Prescrição Médica:**

① Disfunção do músculo - 01 Amp. AD - EV - 16/06/2018

**Anotações da Classificação de Risco**

Hora: 09:02:12

**Idade:**

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☐ Amarelo - Urgente ☒ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Queixa/História: TRAUMA

**Alergias:** PETVIT, BENZETACIL

**Medicação Usual:**

PA: 150X80 mmHg

TAX: 0%

FR: 0 mrpm

SAT 02: 98

Dor:

FC: 70 bpm

Glicemia: 0 mg/dl

Peso: 0 kg

ECG: 0

**Observação:** APRESENTA DOR E EDEMA EM MID

**Conduta:** ENC AO CLINICO GERAL

**Dados da Alta**

☐ Alta ☐ Óbito ☐ Evasão ☐ Transferencia Destino:

Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_  
Dr. Rafael Barbosa Vieira  
Médico  
CRM-PI 6067

PEDRO DE MOURA BORGES

Nome: PEDRO DE MOURA BORGES

Requisitante: .

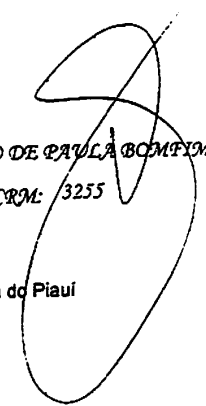
Data: 31/07/2018

Nº.: 29716

**EXAME: RX DO PÉ DIREITO (02 INC.)**

## RELATÓRIO

- Textura óssea preservada.
- Fraturas em consolidação no terço proximal do 3º e 4º metatarsianos.
- Demais estruturas ósseas íntegras.
- Espaços articulares conservados.
- Partes moles sem alterações radiológicas significativas.

  
PEDRO DE PAULA BOMFIM NETO  
CRM: 3255

Praça Getúlio Vargas, 297 - Fone/Fax: (89) 3465-1201 - Valença do Piauí





FR20180624091410

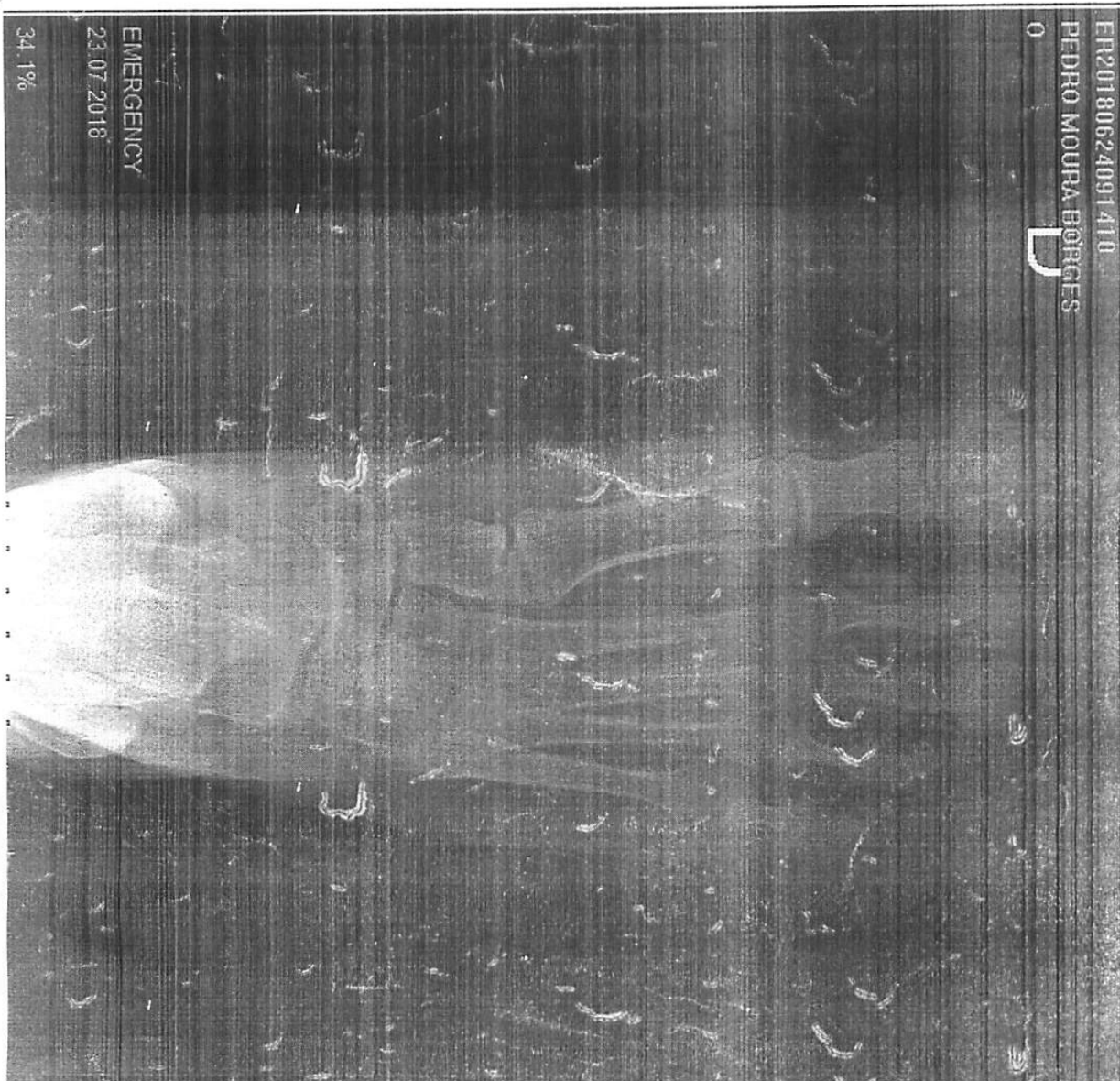
PEDRO MOURA BORGES

0

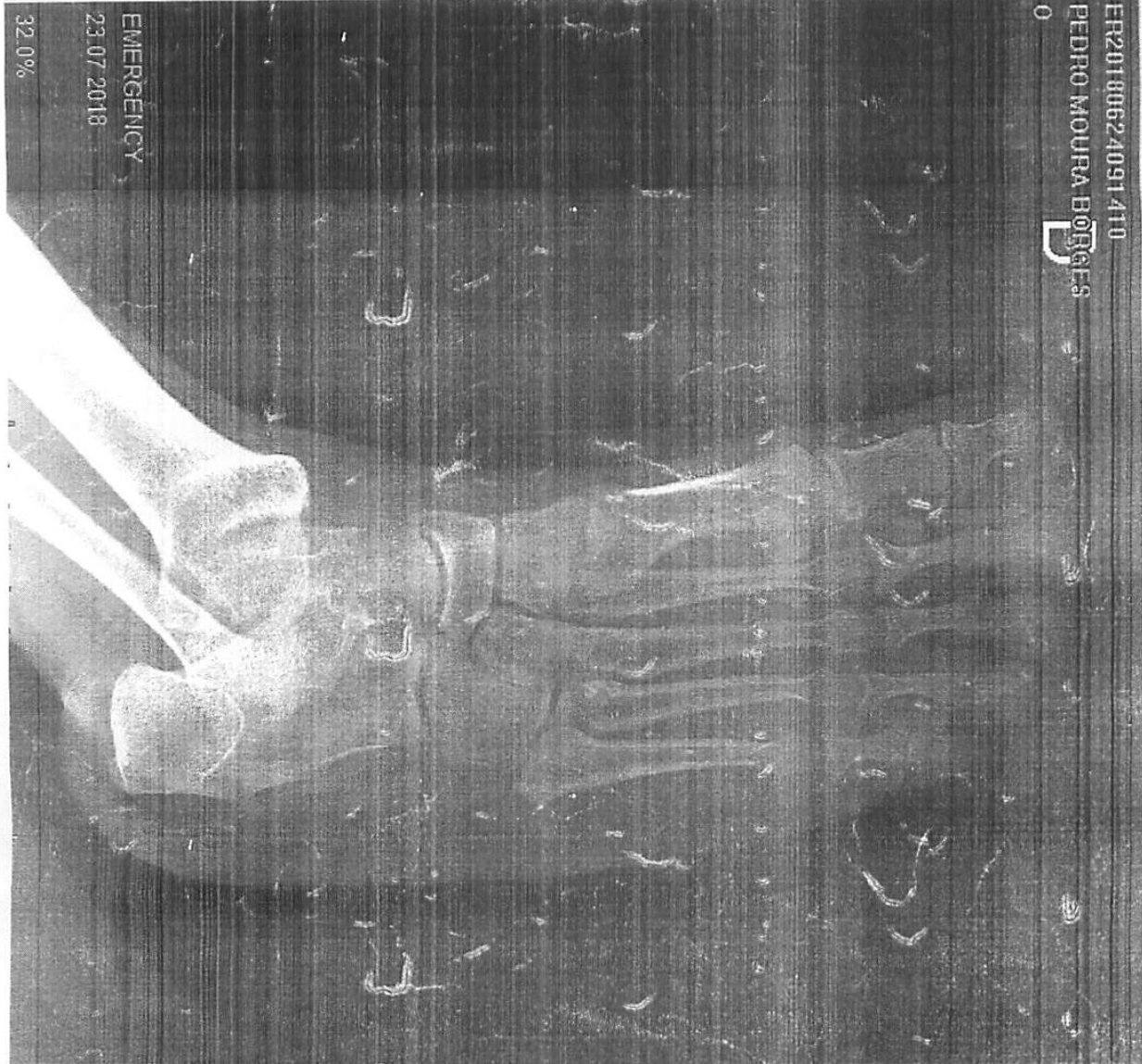
D

EMERGENCY  
23.07.2018

34.1%



ER201806240914110  
PEDRO MOURA BORGES  
0



EMERGENCY  
23.07.2018

32.0%

